

BANCÁRIOS NA LUTA

Ano V | 08 de outubro de 2021 | Nº 128

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE BAURU E REGIÃO

UMA ENTIDADE FILIADA À 

Fim do home office: Fenaban afirma que bancários devem retornar ao trabalho

Retorno ao trabalho presencial deverá ser realizado em todos os bancos de forma gradual e escalonada

A Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) afirmou ontem (4), durante reunião com o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, que todos os trabalhadores que ainda se encontram em home office – inclusive os que se encontram no grupo de risco – serão convocados a retornar ao trabalho presencial de forma gradual e escalonada.

De acordo com a Federação, a decisão foi tomada por conta da queda do número de agências que registraram casos de coronavírus e, principalmente, pelo fim das restrições de horário e público para as atividades comerciais. Após a reabertura de diversos setores, o movimento das agências bancárias passou a ser ainda maior, sobrecarregando os funcionários que estão trabalhando presencialmente.

Sobre a vacinação, a Fenaban afirmou que os bancos irão orientar todos os funcio-

nários sobre a importância de completarem o esquema vacinal contra a Covid-19 e que está estudando a possibilidade de exigir passaporte que comprove a imunização dos trabalhadores e clientes, no entanto, como isso é uma medida sanitária coletiva, cada município estabelece suas próprias exigências, fato que prejudica a decisão dos bancos em exigir o certificado. Apesar desse obstáculo, a Fenaban reforçou que os bancos irão prezar por aqueles funcionários que aderirem ao pacto coletivo.

Ainda sobre o retorno dos funcionários que estavam em home office, no caso dos trabalhadores que até o momento não tomaram a segunda dose da vacina contra a Covid-19, os bancos foram orientados a convocá-los somente 14 dias após a imunização estar completa.

O **Sindicato** ressaltou que apesar do Brasil ter regis-

trado queda nos óbitos nas últimas semanas, a taxa de transmissão de Covid voltou a subir em vários estados. Por conta disso, a entidade frisou que o passaporte será fundamental para a proteção da categoria, dos clientes e dos usuários dos bancos, e solicitou que as instituições façam campanhas incentivando a vacinação.

Para embasar esse posicionamento, o **Sindicato** citou um estudo realizado na Inglaterra, que concluiu que pessoas totalmente vacinadas têm três vezes menos risco de serem diagnosticadas com Covid-19 do que aquelas que não foram imunizadas. Além disso, a entidade destacou que apenas 44,20% da população completou o esquema vacinal até o momento.

Banco do Brasil

Em um comunicado interno enviado no dia 6 aos seus funcionários, o Banco do Bra-



Maria Emília Bertoli, Paulo Tonon e Alexandre Morales, diretores do Sindicato, participam de reunião com a Fenaban

sil informou que irá retomar o trabalho presencial gradativamente, até atingir o percentual de 100% dos empregados em dezembro.

“O banco continuará o movimento de transição do trabalho remoto para o presencial no decorrer dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2021, observados os percentuais mínimos de 30%, 60% e 100%, respectivamente, com o necessário cumprimento dos protocolos de saúde e segurança”, diz o comunicado.

De acordo com o BB, as pessoas do grupo de risco da Covid-19 não estão inclusas nesse retorno.

O **Sindicato** não irá aceitar que os bancos desrespeitem o processo gradual de retorno ao trabalho presencial. A entidade reforça que estará de olho nos impactos do retorno e pede para que os trabalhadores denunciem qualquer problema sobre essa situação. As denúncias podem ser feitas através do telefone (14) 3102-7270, ou 99868-4934.

Santander é o 1º a voltar com expediente normal

O Santander foi o primeiro banco no Brasil a voltar com o horário normal de funcionamento das agências.

Desde o dia 4, o atendimento ao público retornou para das 9h às 16h. Apesar da mudança, o atendimento prioritário, que foi definido no início da pandemia, continua em vigor, das 9h às 10h.

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** irá acom-

panhar esse processo e não permitirá que o banco coloque em risco a vida dos trabalhadores.

É importante destacar que os trabalhadores do Santander já estão sobrecarregados e com esse novo horário de funcionamento, a demanda aumentará ainda mais. Por isso, a entidade reforça que estará de olho nos impactos da mudança e pede para que

os funcionários denunciem qualquer problema sobre essa situação.

Aglomerado

Embora as medidas de restrição de horários e público terem chegado ao fim no Santander e em diversos setores, infelizmente, a pandemia ainda não acabou.

Diante disso, é preciso que o banco reforce as medi-

das de segurança, higiene e distanciamento social dentro das agências, evitando aglomerações e protegendo os trabalhadores, clientes e usuários do risco de contágio.

Mais de 599 mil mortos

Segundo o último levantamento de dados realizado na quarta-feira (6), o Brasil registrou 543 mortes por Covid-19 nas últimas 24 horas, totali-

zando 599.414 óbitos desde o início da pandemia. O total de casos confirmados ficou em 21.517.514.

Em número de vacinados, 45,25% da população do país recebeu as duas doses do imunizante contra a doença e 69,68% apenas a primeira dose. Assim, mais de 96 milhões de brasileiros estão totalmente imunizados e 148.644.221 estão parcialmente.

Justiça mantém condenação do HSBC no caso de bancária acusada de colocar “pó de macumba” em agência

Um recurso interposto pelo HSBC contra decisão de pagamento de indenização de R\$ 100 mil por danos morais coletivos, em caso de intolerância religiosa no ambiente de trabalho, foi negado pela 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A decisão, por parte do colegiado, foi unânime.

A ação foi ajuizada em 2013 pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) após apurar denúncia de bancária que também atuava como dirigente sindical, no Rio de Janeiro.

De acordo com o órgão, ela foi hostilizada por gestores e uma colega de trabalho, depois de denunciar outras irregularidades na agência. Na ocasião, foram proferidas ofensas baseadas na opção religiosa da empregada.

O MPT apontou que, além de não tomar nenhuma atitude para conter as agressões e o uso de expressões injuriosas, o banco afastou a vítima do serviço e não puniu a agressora, em claro sinal de tratamento diferenciado e rigoroso contra a bancária que

foi ofendida. Já a empregada que cometeu o ato discriminatório não sofreu nenhuma advertência.

Entenda o caso

O fato que levou ao processo remete ao ano de 2010, quando um pó branco surgiu nas mesas dos trabalhadores da agência. Então, uma colega acusou a bancária, praticante da fé umbandista, de espalhar “pó de macumba” no local. Na ocasião, também foram proferidos gestos obscenos contra a bancária, que

foi chamada de “macumbeira vagabunda e sem-vergonha”. Depois, ficou constatado que o pó branco era oriundo da limpeza dos dutos do ar condicionado.

Na contestação, o banco alegou tratar-se de caso isolado, derivado de questão pessoal entre empregados e declarou que o HSBC possui políticas e programas de prevenção à discriminação, conforme documentos anexados nos autos. Diante da improcedência do recurso, foi proposta a aplicação de

multa prevista no CPC (artigo 1.021, parágrafo 4º) de 5% do valor da indenização.

Segundo o TRT, já havia ficado comprovada a conduta ofensiva à liberdade de crença religiosa, aos direitos da coletividade e ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Curiosamente, na semana passada, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** noticiou uma condenação do Bradesco, que comprou o HSBC, por dano moral a bancário vítima de constrangimento por seu ateu. Inaceitável!

Mercantil é condenado a pagar como extra, intervalo de almoço de funcionários

O banco Mercantil do Brasil foi condenado a pagar como extra o intervalo de 1 hora para almoço, ou descanso – bem como seus reflexos –, não usufruído por funcionários com jornada de 6 horas diárias, que prorrogaram o horário de trabalho, entre os anos 2010 e 2019. A ação beneficia 28 funcionários lotados na base do Sindicato dos Bancários de Campinas e Região.

Na decisão, o juiz Rafael Marques de Setta, da 11ª Vara do Trabalho de Campinas, determinou que o banco cumpra o artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que define: “Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas”.

Além disso, o Mercantil



Pedro Valesi, diretor do Sindicato dos Bancários de Bauru, está apurando se há casos semelhantes nas agências de Bauru e Avaré

também foi condenado a pagar uma indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 200 mil, a ser repassado a uma instituição ou projeto indicado pelo Ministério Público do Trabalho.

De acordo com o Sindicato, o Mercantil do Brasil não concordou com o valor do cálculo pericial homologado (R\$ 187.171,24), desta forma, neste momento, será repartido entre os beneficiados a quantia de R\$ 120.121,95 – o chamado valor incontroverso (reconhecido como devido pelo banco).

Apesar da sentença ter sido proferida em 2016, a

execução do processo ainda não terminou. O Sindicato dos Bancários de Campinas ingressou com recurso pleiteando o pagamento do valor calculado pelos peritos, mais juros de mora de 1% ao mês. O Mercantil do Brasil, por sua vez, questiona a quantidade de horas extras apuradas.

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** está fazendo um levantamento para descobrir se há casos semelhantes nas agências do Mercantil em Bauru e Avaré. Caso seja comprovado, a entidade ajuizará uma ação reivindicando o pagamento do intervalo de 1 hora como extra.

Sindicato ganha gratificação para bancário do BB

No dia 27, após analisar a reclamação trabalhista ajuizada pelo **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, o Juiz do Trabalho, Sandro Valerio Bodo, da 4ª Vara do Trabalho de Bauru, condenou o Banco do Brasil a incorporar a gratificação de função de um bancário que havia sido descomissionado pelo banco no ano passado.

O trabalhador ingressou em 1988 na antiga Caixa Econômica do Estado de São Paulo – que depois se tornou banco Nossa Caixa e foi incorporado pelo Banco do Brasil. Segundo relato, de 1988 a 2004, o bancário exerceu a função de Auxiliar Administrativo; em seguida, de 2004 a 2010, atuou como Gerente de Unidade Adjunto/Gerente de Segmento; e de 2010 até ser descomissionado em 2020, como Gerente de Relacionamento.

Após o descomissionamento, o funcionário voltou a exercer a função de Escriturário. Contudo, ele exerceu as funções comissionadas

por mais de quinze anos. Desta forma, o **Sindicato** ajuizou uma reclamação trabalhista com pedido de antecipação de tutela para que o bancário volte a receber a gratificação na sua totalidade, com o recebimento das parcelas vencidas e vincendas e reflexos legais.

Contestando a reivindicação, o BB alegou que o bancário foi descomissionado, pois apresentou desempenho insatisfatório apurado nos últimos 3 semestres nas GDP (Gestão de Desempenho por Competências e Resultados). No entanto, o juiz declarou que o banco não comprovou o justo motivo alegado, afinal, nos três semestres considerados o trabalhador “obteve placares de desempenho de 72,85, 73,24 e de 72,54, portanto, sempre superando 70%, de um total de 100 pontos.

Assim, o BB foi condenado a incorporar ao salário do funcionário o pagamento da gratificação de função a partir de sua supressão. Vitória!

Sindicato participa de manifestação contra reajustes do Economus, em SP

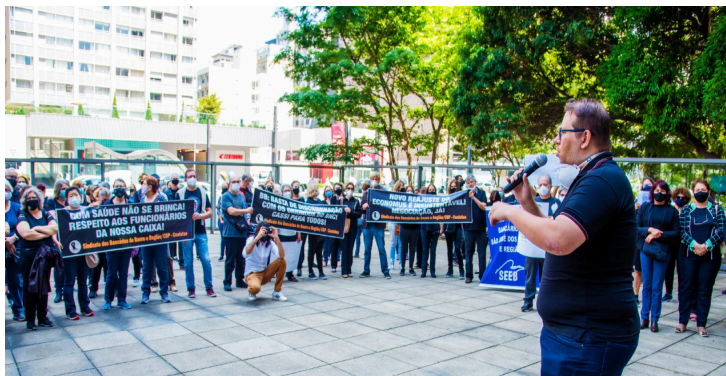
Egressos da Nossa Caixa se uniram a diversos sindicatos e foram à luta por respeito e direito à Cassi

Fotos: Sérgio Koei

Ainda era madrugada do dia 6, quando diretores do **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** e um grupo de egressos da Nossa Caixa partiram rumo à manifestação contra os reajustes abusivos no plano de saúde do Economus, em São Paulo.

Dezenas de bancários de diversas cidades e outras entidades sindicais participaram do ato, que foi realizado em frente ao prédio da administração do Banco do Brasil, na Avenida Paulista. O **Sindicato** disponibilizou gratuitamente transporte e alimentação aos manifestantes que saíram de Bauru.

Com faixas e discursos no microfone (veja fotos ao lado), os manifestantes protestaram contra a discriminação do BB e exigiram a reabertura de processo negocial para que todos tenham direito à Cassi (Caixa de Assistência dos Funcionários do BB).



Paulo Tonon, diretor do Sindicato dos Bancários de Bauru durante ato em SP

Abusivo

O Economus, de forma unilateral, alterou o percentual de contribuição de 15,95% para 22,5%, aplicados sobre a renda do titular. Além disso, estabeleceu teto de contribuição mensal de R\$ 4.500,00: sendo individual para os planos Feas Básico e Feas Pamc; e por grupo familiar, para o Novo Feas.

O novo reajuste vem de uma sequência de aumentos desde 2018 (cerca de 475% em três anos). Insustentável!

Nos próximos dias, o grupo de sindicatos que tem ordenado esses protestos divulgará uma nova agenda de lutas que será realizada em outras diversas cidades do interior de São Paulo. Vamos em frente!



Guedes prevê privatização do Banco do Brasil em dez anos

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou no dia 27, que o governo Bolsonaro planeja privatizar integralmente o Banco do Brasil e outras estatais em dez anos.

“Qual o plano para os próximos dez anos? Continuar com as privatizações. Petrobras, Banco do Brasil, todo mundo entrando na fila, sendo vendido e isso sendo transformado em dividendos sociais”, disse Guedes durante evento virtual “O Brasil Quer Mais”, organizado pela International Chamber of Commerce (ICC).

Guedes explicou que gostaria de mudar o regime pre-

videnciário para capitalização, fazendo com que o Brasil cresça “5% ao ano, em vez de crescer 2%, 3%” e que a reforma já feita pelo governo Bolsonaro foi razoável, mas não transformadora.

Sobre as críticas às privatizações feitas por pessoas que integraram o governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o ministro disse que as privatizações tucanas foram feitas no limite da irresponsabilidade e que por isso foram chamadas de “privatarias”.

Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, apesar do governo Bolsonaro ter iniciado o processo de

desmonte do BB, como por exemplo o fechamento de 6.956 postos de trabalho em doze meses – sendo 2.358 postos somente do primeiro para o segundo trimestre deste ano – além de 390 agências e 33 postos de atendimento bancário, a piora dessa situação ainda pode ser barrada.

As eleições de 2022 estão chegando e a única forma de combater esse plano de privatização das estatais e a continuidade de diversos ataques aos trabalhadores é tirando do poder Bolsonaro e sua corja.

A luta pelo impeachment de Bolsonaro continua! Fora!



O Sindicato dos Bancários de Bauru e Região agradece a participação dos egressos da Nossa Caixa que viajaram até SP para lutar pelos seus direitos. A luta continua! Negocia, BB!

Bancarização no Itaú: assembleia será dia 14

No dia 14, próxima quinta-feira, às 18 horas, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** irá realizar uma assembleia virtual para deliberar sobre acordo coletivo de trabalho para a regulamentação de jornada extraordinária (sábados, domingos e feriados) de funcionários do Itaú que trabalham no setor de Seg-

mento de Veículos (Bancarização).

Caso aprovado, o acordo terá vigência de dois anos - até 2022.

A assembleia será realizada no Google Meet e pode ser acessada através do link: <https://meet.google.com/osjv-vpnp-ncc>

Participe!



Prevent Senior: Pacto com gabinete paralelo de Bolsonaro exigia prescrição de remédios ineficazes contra a Covid-19

Durante depoimento à CPI da Pandemia no dia 28, a advogada Bruna Morato, que representa 12 médicos da Prevent Senior, detalhou ameaças aos profissionais e “pacto” do governo Bolsonaro com a operadora de saúde para promover medicamentos ineficazes contra a Covid-19.

A advogada apresentou um dossiê com denúncias sobre a Prevent Senior, acusada de fornecer aos seus pacientes o chamado “Kit Covid” e ocultar mortes de vítimas da doença.

De acordo com ela, as primeiras denúncias envolvendo a Prevent começaram no início da pandemia, em março de 2020, quando médicos relataram que o plano de saúde não disponibilizava equipamentos de proteção individual (EPIs) para não causar preocupação aos pacientes. Nessa época, um enfermeiro impedido de usar os EPIs morreu.

No fim de março, foi iniciada a adoção do “Kit Covid”, for-

mado por oito medicamentos, entre eles, hidroxiquina e ivermectina, remédios sem eficácia comprovada no tratamento da doença. Assim, a Prevent Senior entrou em contato com médicos do chamado “gabinete paralelo” – grupo que orientava Bolsonaro em questões ligadas à pandemia – e firmou um “pacto”, para que os médicos fossem aconselhados a incentivar os pacientes a não seguirem as medidas de isolamento, já que havia – na opinião deles – tratamento da doença.

Com a medida, o governo federal conseguiria evitar o lockdown. “O que eles falavam era em alinhamento ideológico. Tinha que dar esperança para as pessoas irem às ruas, e essa esperança tinha um nome: hidroxiquina”, declarou.

Ameaçados

Morato também relatou que os médicos não tinham autonomia para rejeitar o pro-

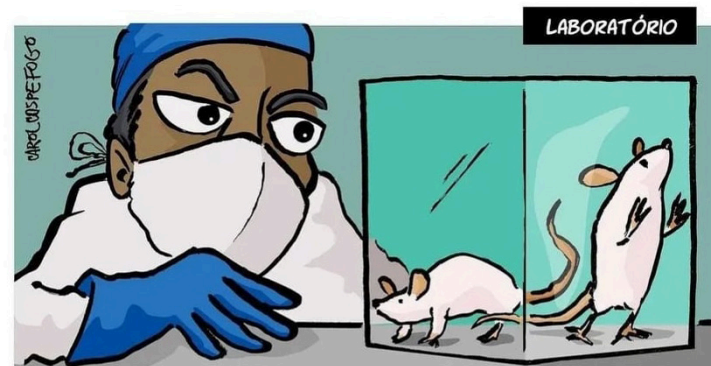
coloco definido e eram ameaçados de demissão caso contrariassem a indicação.

“Esse kit era composto por 8 itens. O plantonista dizia para o paciente: ‘Preciso te dar. Se eu não der, sou demitido. Se você for tomar, toma só as vitaminas e proteínas. Os outros além de não terem eficácia, são muito perigosos’”, relatou à CPI.

Mortes ocultadas

Sobre a denúncia já em processo de investigação pela CPI de que a Prevent Senior ocultou dados de pacientes que aderiram ao protocolo do “kit” e acabaram morrendo, a advogada reforçou que o governo mentiu ao falar que nenhum paciente morreu.

Bruna também afirmou que um dos médicos representados por ela denunciou que a Prevent orientava a redução do nível de oxigenação dos pacientes internados há mais de 10 ou 14 dias, alegando que “óbito também é alta”.



Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, o depoimento da advogada foi um dos mais importantes da CPI. Usar os pacientes de cobaias para tratamentos ineficazes, incentivar pacientes a não se-

guirem o isolamento social, omitir e adulterar prontuários e dados de óbitos, entre outros absurdos relatados, é criminoso! Todos os responsáveis por tamanha crueldade precisam ser punidos. Revoltante!

Solidariedade à vereadora Estela Almagro, ameaçada por “jornalista”

Em um ato covarde e inaceitável, no dia 23, o “jornalista” Alexandre Pittoli ameaçou a vereadora Estela Almagro, durante o programa Jornal da Manhã, da Rádio Jovem Pan News Bauru, transmitida pela Rádio 97,5 FM e pelo Youtube.



Na ocasião, Pittoli demonstrava estar inconformado com a realização da reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, a qual Estela preside, sobre as mais de 40 árvores da Praça Portugal que foram cortadas pelo governo Suellen Rosim. Ao contrário da vereadora, o jornalista apoiou a medida e criticou Almagro que apontou possível crime ambiental e improbidade administrativa.

De acordo com o boletim de ocorrência realizado pela vereadora, Alexandre se pronunciou de forma ameaçado-

ra e atentatória à liberdade do seu mandato e integridade física, ao fazer “um trocadilho com o símbolo do Socialismo (foice e martelo)”, do qual ela é adepta, declarando que “luzes apagadas e uma foice na mão de cada um e a gente iria se livrar de algumas personalidades”. Além disso, Alexandre também insultou Estela, chamando-a de “vagabunda”.

A vereadora afirmou também no B.O que além de ameaça pessoal, as declarações caracterizam ameaça política. Diante dos fatos, foi realizada uma manifestação pela repre-

sentação criminal e também uma representação à Comissão de Ética do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, por Pittoli ferir o Código de Ética da categoria em sua conduta ‘profissional’.

“Como mulheres, precisamos lutar o tempo todo para não sermos vistas como um fantoche, um enfeite na política, com uma cota necessária naquele espaço. As relações de poder machistas, construídas e sedimentadas por séculos, se expressam nesse cotidiano de forma bastante

cruel. É como se quisessem as mulheres fora dos espaços de poder. A violência pode vir de espaços do poder, da mídia, ou da sociedade. Em pleno ano de 2021, é inadmissível o ocorrido”, declarou Estela em suas redes sociais.

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** se solidariza com a vereadora e repudia os ataques covardes preferidos por Alexandre Pittoli, que visivelmente tentou intimidar e calar a representatividade da vereadora. Justiça, já! Chega de violência contra as mulheres!

BANCÁRIOS NA LUTA

Jornal do Sindicato dos Bancários e Financieiros de Bauru e Região
www.seebbauru.org.br
contato@seebbauru.org.br

Edição: Diretoria do Sindicato. **Redação e Diagramação:** Estela Pinheiro (com Diretoria do Sindicato).

Todas as opiniões expressas neste jornal são de responsabilidade da Diretoria do Sindicato.

Sede: Rua Marcondes Salgado, 4-44, Centro, Bauru, SP - CEP 17010-040. Fone: (14) 3102-7270 / Fax: 3102-7272.

Subsede Avaré: Rua Rio Grande do Sul, 1.735. Fone: (14) 99868-5114.

Subsede Piraju: Rua Ataliba Leonel, 159, Sala 6. Fone: (14) 99838-1160.

 @seebbauru

 sindicatobancariosbauru

 @bancariosbauru

 sindicatobancariosbauru